



Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002
Telefones: (21) 3037-6001 ou (21) 3037-6002 - www.ancine.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.024532/2017-70

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de licenças de uso para softwares Microsoft na forma de licenciamento por volume Enterprise Agreement (EA), bem como renovação de garantia de atualizações – Software Assurance (SA) por 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Tabela com listagem e quantidade de licenças:

Grupo	Item		Quantidade	SKU	Nome
1	1 (Aquisição)	1.1	1	7AH-00282	SfBSVrEnCAL ALNG LicSAPk MVL UsrCAL
		1.2	2	R39-00374	WinSvrExtConn ALNG LicSAPk MVL
		1.3	64	9GA-00313	CISStStdCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic
		1.4	24	9GS-00495	CISStDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic
		1.5	56	9GS-00136	CISStDCCore ALNG SASU MVL 2Lic CISStdCore CoreLic
	2 (Renovação)	2.1	800	A07-00042	ProDsktp ALNG SA MVL
		2.2	2	312-02257	ExchgSvrStd ALNG SA MVL
		2.3	1	5HU-00216	SfBSvr ALNG SA MVL
		2.4	1	H04-00268	SharePointSvr ALNG SA MVL

1.3. Todos os itens contam com manutenção durante toda a vigência do contrato (12 meses).

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Gerência de Tecnologia da Informação propõe o emprego e contratação de licenciamento de tecnologia de automação da produtividade nas estações de trabalho e servidores de rede, através da contratação de licenças de uso de software para este fim, respeitando-se as formas e recomendações oficiais de licenciamento indicadas pelo fabricante original do produto e as características de operação deste tipo de tecnologia no ambiente da Agência Nacional do Cinema, atendendo a legislação aplicável ao software no Brasil, Lei nº. 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2. Esta contratação visa seguir a diretriz D3 e D14 do PDTIC 2017/2020 da Ancine que em seu corpo especifica a “Integração das soluções tecnológicas da ANCINE”; bem como às ações A1-7 e B1-8 que especifica o texto

"Adquirir/Renovar Software e licenças"; e à necessidade 115 do inventário de necessidades que versa sobre "Renovação de licenças para softwares Microsoft 2017-2020".

2.3. Tecnicamente, os softwares especificados permitirão a implementação e manutenção de funcionalidades modernas e no estado-da-arte da tecnologia disponível nesta categoria de software. Com o resultado, prevemos a manutenção da produtividade no uso das estações de trabalho, e a melhora do acesso pleno aos dados residentes nos servidores de rede, com a conseqüente elevação do reconhecimento nos níveis de qualidade dos serviços prestados pela SGI/GTI.

2.4. Uma das missões básicas da unidade que administra a TI é a disponibilização de ferramentas de produtividade para os usuários nas estações de trabalho individuais, equipando-as com uma camada de serviços de mensageria e colaboração no ambiente de rede de dados departamentais, através de tecnologia que permita desenvolvimento de missão como agentes do serviço público, no pleno desempenho de suas tarefas funcionais demandadas no seu ambiente de trabalho.

2.5. Desta forma, a fim de contribuir para a produtividade no cumprimento da missão pública de cada unidade da ANCINE através de seus agentes, a SGI/GTI deve disponibilizar o uso de software da categoria Produtividade de Escritório em estações de trabalho e serviços de Mensageria e Colaboração no ambiente dos usuários e no ambiente da rede de dados que os interliga.

2.6. A ANCINE tem utilizado a suíte de automação de escritório da Microsoft nos últimos 15 anos. Devido ao fato das suítes de automação de escritório da Microsoft dominarem os mercados corporativo e doméstico brasileiros, os servidores e colaboradores, normalmente, já dominam e utilizam essas ferramentas fora do ambiente de trabalho. A inserção de uma solução diferente requer significativo investimento em mudança de cultura e administração de conflitos constantes advindos do uso de suítes distintas.

2.7. Outrossim, por se tratar de ferramenta de uso em larga escala nas atividades do dia-a-dia por todos os servidores da ANCINE, os aspectos referentes a custos com a migração para um diferente pacote de programas, o conhecimento e a cultura organizacional, custos com treinamento, legado histórico e configurações de soluções e de equipamentos são elementos com alto impacto nos processos de trabalho e nos níveis de produtividade e não devem ser desconsiderados.

2.8. A migração para outra ferramenta exigirá muito mais investimento em treinamento do que o necessário no caso de apenas se atualizar a solução atual. Sem dúvida, esses aspectos e variáveis precisam ser considerados. A mudança para outra suíte de automação de escritório, mesmo que possível, certamente gerará redução nos níveis de produtividade por período relativamente longo.

2.9. No campo econômico, a escolha e forma de contratação das tecnologias e produtos apresentados irão permitir uma relação custo/benefício diferenciado, possibilitando a maximização do recurso de TI necessário para equipar o parque instalado atual e também ganhos significativos na qualidade e desempenho da oferta de serviços prestados aos usuários da rede de dados da ANCINE, considerando principalmente os aspectos de:

2.9.1. Manutenção da padronização do parque computacional, com a instalação de tecnologia de ponta nesta categoria de software.

2.10. É válido ressaltar que a seleção dos itens propostos foi elaborada com base nas funcionalidades presentes nas versões mais atuais dos produtos.

2.11. A necessidade de manter o parque atualizado decorre das seguintes razões:

2.11.1. Com relação aos equipamentos servidores de rede de dados: prover atualizações de segurança com o objetivo de resguardar o sistema de armazenamento e o funcionamento das informações corporativas; e proporcionar o usufruto/disponibilização de novas funcionalidades/capacidades para os serviços de rede de dados, com o objetivo de atender às necessidades e expectativas dos usuários por meio da oferta de tecnologias compatíveis com as utilizadas no mercado;

2.11.2. Com relação aos microcomputadores: preservar a compatibilidade com os servidores de rede de dados e com novos equipamentos/softwares adquiridos; e, em segundo lugar, proporcionar o usufruto/disponibilização de novas funcionalidades para os softwares.

2.12. Justifica-se a aquisição em lote, pois os itens possuem natureza similar ou complementar e pertencem ao mesmo fabricante – um fornecedor que oferece um item, certamente também oferece os demais itens do grupo. Dessa forma, é possível obter um suporte padronizado.

2.13. Ademais, todos os softwares deverão ser adquiridos em conjunto (os dois itens) pela mesma licitante para evitar que algum item não seja adjudicado, tendo em vista que alguns itens são interdependentes, ou seja, a não contratação de um deles inviabiliza a contratação dos demais, dependendo da solução onde eles sejam requisitados. Além disso, a aquisição em conjunto, por valor global, visa que haja somente uma empresa prestando manutenção e suporte para um conjunto de softwares interdependentes da mesma fabricante.

2.14. Apesar do fornecimento de licenças Microsoft ter como padrão a contratação por 36 meses, foi decidida a assinatura por somente 12 meses devido a restrições orçamentárias. Estas mesmas restrições obrigaram o pagamento em 2 parcelas, metade em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, e a outra parte seis meses após.

3. DA CLASSIFICAÇÃO

3.1. Os itens enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei no 10.520, de 2002; do Decreto no 3.555, de 2000; e do Decreto no 5.450, de 2005.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Aquisição de licenças Microsoft na modalidade Enterprise Agreement (EA) e renovação do Software Assurance por 12 meses (atual contrato Microsoft: 8259888).

4.1.1. Tabela com listagem e quantidade de licenças:

Grupo	Item		Quantidade	SKU	Nome
1	1 (Aquisição)	1.1	1	7AH-00282	SfBSVrEnCAL ALNG LicSAPk MVL UsrCAL
		1.2	2	R39-00374	WinSvrExtConn ALNG LicSAPk MVL
		1.3	64	9GA-00313	CISStdCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic
		1.4	24	9GS-00495	CISStdCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic
		1.5	56	9GS-00136	CISStdCCore ALNG SASU MVL 2Lic CISStdCore CoreLic
	2 (Renovação)	2.1	800	A07-00042	ProDsktp ALNG SA MVL
		2.2	2	312-02257	ExchgSvrStd ALNG SA MVL
		2.3	1	5HU-00216	SfBSVr ALNG SA MVL
		2.4	1	H04-00268	SharePointSvr ALNG SA MVL

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Subscrição de licenças Microsoft na forma de licenciamento por volume Enterprise Agreement, com garantia de atualização de software por 12 (doze) meses dos seguintes softwares

5.1.1. Part Number A07-00042:

5.1.1.1. Pacote de 6 produtos ofertados em um único “part number”. Os produtos incluídos no Professional Desktop são:

- Office Professional (Word, Excel, PowerPoint, Outlook, OneNote, Publisher, Access, InfoPath, Communicator e SharePoint Workspace);
- Upgrade para a última versão do sistema operacional de desktops;
- Windows Server CAL;
- Exchange Server Standard CAL;
- SharePoint Server Standard CAL;
- System Center Configurations Manager CAL.

5.1.2. Part Number 312-02257 - Exchange Server Standard:

5.1.2.1. O Exchange Server é um serviço de correio eletrônico que proporciona a integração de e-mail, groupware, agenda e compartilhamento de tarefas corporativas em um ambiente único e protegido, proporcionando a integração de reuniões, tarefas, compartilhamento de contatos e de informações, podendo ser acessado em qualquer lugar, através de software cliente de e-mail, webmail (navegador web) ou smartphone (mobile access).

5.1.3. Part Number 5HU-00216 - Lync Server:

5.1.3.1. O Microsoft Lync Server é uma solução de comunicação entre usuários que agrega recursos de voz e vídeo ao compartilhamento de conteúdo e documentos. Traz suporte para recursos comuns de chamadas de comunicação tradicional, como atender, encaminhar, transferir, esperar, desviar, liberar e estacionar. Permite a realização de áudio e

videoconferências, reuniões e transmissão broadcast, trazendo agilidade na comunicação corporativa, sem a necessidade de utilização de hardware e software dedicados exclusivamente a estas funcionalidades. Integra-se aos softwares do pacote Microsoft Office e aos servidores Exchange e Sharepoint.

5.1.4. Part Number H04-00268 - SharePoint Server:

5.1.4.1. O SharePoint Server é um conjunto integrado de recursos implantados em ambiente servidor que permite o gerenciamento e a pesquisa de conteúdo por toda a empresa, acelerando os processos organizacionais e facilitando o compartilhamento de informações entre os usuários internos e entre a organização e eventuais usuários externos. O SharePoint Server aceita todos os aplicativos de intranet, extranet e web de uma empresa em uma plataforma integrada, em vez de contar com sistemas fragmentados separados. Permite a criação e manutenção de fluxos de trabalho (workflows) que percorram toda a cadeia organizacional, incluindo a possibilidade de agregação de usuários e serviços externos (fora do limite organizacional), facilitando a administração dos processos negociais e possibilitando o compartilhamento de conhecimento. Possui também ambiente de colaboração e publicação de conteúdo, permitindo a criação e gerenciamento de sites internos e externos, e a integração com outras soluções Microsoft, como Exchange Server (notificações por e-mail e agendamento de eventos), Microsoft Office (edição conjunta e versionamento de documentos) e Lync Server (troca de mensagens instantâneas entre usuários e realização de conferências por texto, áudio e vídeo).

5.1.5. Part Number 9GS-00495 - CISStdCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic:

5.1.5.1. Sistema operacional para servidores de rede que oferece uma infraestrutura de hospedagem dinâmica, permitindo escalonar e proteger cargas de trabalho num ambiente datacenter tradicional, transformando-o em uma nuvem privada de infraestrutura e serviços. Fornece uma plataforma multi servidor com alta disponibilidade e gerenciamento centralizado, com flexibilidade para se criar e implantar serviços, aplicações e sites locais, na nuvem ou em ambos os ambientes, sem a necessidade de interrupção do funcionamento dos servidores físicos ou virtuais. Fornece aos usuários acesso flexível a dados e aplicações, simplifica o gerenciamento de um número ilimitado de máquinas virtuais, apresentando ainda ferramentas administrativas para controle e auditoria de autenticação e segurança.

5.1.6. Part Number 9GA-00313 - CISStdCCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic:

5.1.6.1. Sistema operacional para endpoints Windows Server Standard em suas versões mais recentes, atualmente em sua versão Windows 8.

5.1.7. Part Number 7AH-00282 - SfBSVrEnCAL ALNG LicSAPk MVL UsrcAL:

5.1.7.1. Licença para obter recursos adicionais do Skype for Business.

5.1.8. Part Number R39-00374 - WinSvrExtConn ALNG LicSAPk MVL:

5.1.8.1. Licença utilizada para possibilitar o Single Sign-On nos sistemas da ANCINE, com usuários externos autenticando na rede corporativa.

5.1.9. Part Number 9GS-00136 - CISStdCCore ALNG SASU MVL 2Lic CISStdCore CoreLic:

5.1.9.1. Licença de upgrade (step-up) de CISStdCCore.

6. DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, durante os quais está garantido o Software Assurance, contados a partir da data de assinatura do contrato;

6.2. A CONTRATADA obriga-se a manifestar sua intenção de não prorrogar o Contrato no prazo de 90 (noventa) dias antes do término do prazo de vigência, entendendo-se o silêncio da CONTRATADA como anuência quanto à prorrogação.

6.3. A resposta da CONTRATADA terá carácter irretratável, portanto, ela não poderá após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular sua decisão. Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do Termo Aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação neste sentido ensejará aplicação das sanções administrativas previstas, ainda que a CONTRATADA tenha silenciado quanto à prorrogação.

6.4. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

6.5. A permanência da contratação será justificada e motivada por escrito, e deverá constar do processo de renovação. No momento da prorrogação contratual, o CONTRATANTE irá assegurar de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação. O CONTRATANTE também verificará se as condições de habilitação exigidas no momento inicial da contratação ainda se manterão vigentes.

6.6. A partir da assinatura do contrato, passam a ser aplicáveis todos os termos de aditamento que vierem a ser celebrados e que importem em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observados os limites e as formalidades legais.

7. DIREITO DE USO

7.1. O direito de uso das licenças dos softwares é permanente, sendo o direito de atualização das versões e dos serviços de suporte pelo período mínimo de 12 (doze) meses

8. MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

8.1. Os contratos com licenciamento Microsoft Software Assurance devem oferecer acesso aos serviços eletrônicos via Web e aos serviços telefônicos de suporte para resolução de problemas, que contemplam as seguintes características:

8.1.1. A CONTRATADA ou o fornecedor (Microsoft) deverá disponibilizar suporte Técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de número de telefone de discagem gratuita (0800) e Internet, para abertura de chamados técnicos objetivando respostas de problemas e dúvidas quanto ao funcionamento dos softwares;

8.1.2. Para abrir solicitações de resolução de problema será fornecida, para indivíduos autorizados por um administrador de Benefícios de Suporte SA, a identificação de acesso do Software Assurance;

8.1.3. As atualizações de versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual (12 meses);

8.1.4. A empresa contratada deverá fornecer novas versões corretivas ou evolutivas dos softwares, mesmo em caso de mudança de designação do nome do software, devendo compreender a correção de falhas e implementação de melhorias no produto, independentemente de correções tornadas públicas;

8.1.5. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante;

8.1.6. A cada nova liberação de versão das licenças, a empresa contratada deverá fornecer as atualizações de manuais e demais documentos técnicos, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas;

8.1.7. As novas versões das licenças adquiridas, quando aplicável, deverão ser disponibilizadas em até 15 (quinze) dias, a partir do lançamento oficial da nova versão;

8.1.8. O objeto deverá ser entregue pela internet, via e-mail, ou fisicamente em mídia própria entre segunda e sexta-feira, durante o horário comercial (das 09h00 às 18h00), no edifício sede da ANCINE, localizado na Av. Graça Aranha, 35, Gerência de Tecnologia da Informação – SGI / GTI;

8.1.9. No caso de ser entregue por e-mail ou disponibilizado em site da contratada mediante senha de usuário, a contratada deverá informar todos os requisitos necessários de download e instalação do software, bem como disponibilizar toda a documentação prevista, inclusive manual de utilização do usuário;

9. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.1.5. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.6. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.7. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.8. indicar, formalmente os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

9.1.9. rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos que estejam em desacordo com as especificações deste Termo de Contrato;

9.1.10. comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade havida durante a execução dos serviços, para adoção das providências de saneamento;

9.1.11. prover instalações elétricas e de infraestrutura adequadas em seus ambientes, bem como os equipamentos computacionais, seus periféricos e todos os demais insumos a serem utilizados;

9.1.12. fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à execução do contrato;

9.1.13. informar à CONTRATADA dos atos e as normas que vierem a baixar e que impliquem em alterações nos dispositivos previstos no contrato;

9.1.14. permitir o acesso dos profissionais disponibilizados pela CONTRATADA às unidades da CONTRATANTE para a execução do contrato, desde que identificados e incluídos na relação de técnicos autorizados e respeitadas as normas de segurança vigentes nas dependências da CONTRATANTE;

9.1.15. exercer a gestão e fiscalização do objeto do contrato pelos fiscais designados sob o aspecto quantitativo e qualitativo anotando em registro próprio as falhas detectadas;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.2. executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.8. o objeto deve ser integralmente no idioma português do Brasil.

10.1.9. executar com exatidão a entrega e suporte do objeto contratado, conforme especificações, prazo e local, acompanhado de respectiva Nota Fiscal.

10.1.10. guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação, assinando o Termo de Compromisso correspondente quando da celebração do contrato. O documento deverá estar em conformidade com o disposto na Instrução Normativa Nº04, de 12 de novembro de 2010, da SLTI.

10.1.11. não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

10.1.12. responder por eventuais problemas relacionados à execução dos serviços durante todo o período de garantia oferecido, solucionando-os consoante estabelecido no Termo de Referência.

10.1.13. comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, todas as ocorrências que possam vir a impossibilitar ou postergar a execução dos serviços.

10.1.14. submeter à aprovação da CONTRATANTE, com o devido planejamento, a execução de atividades que necessitem de interrupção de sistemas, indisponibilidade de recursos e equipamentos ou alteração da rotina dos trabalhos de qualquer setor funcional em decorrência da instalação a ser efetuada.

10.1.15. cumprir rigorosamente todas as programações e atividades constantes do objeto do contrato e que venham a ser estabelecidas ou aprovadas pelo CONTRATANTE.

10.1.16. prestar assistência técnica para a solução fornecida, com suporte em horário comercial, pelo período contratado.

10.1.17. substituir os softwares e/ou hardwares componentes da solução por outros similares em caso de descontinuidade dos produtos pelo fabricante. Deverá ser mantida a aderência às especificações técnicas exigidas na contratação.

10.1.18. informar antecipadamente a qualificação de empregados da CONTRATADA que necessitem ingressar nas dependências da CONTRATANTE.

10.1.19. não disponibilizar qualquer informação de propriedade da CONTRATANTE, por qualquer meio e para qualquer finalidade a terceiros, sem a anuência expressa desta.

10.1.20. em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca dos serviços do contrato sem prévia autorização da CONTRATANTE.

10.1.21. arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a esta instituição.

10.1.22. proporcionar toda a orientação técnica requerida pelo CONTRATANTE, visando à perfeita e plena utilização dos equipamentos em suas aplicações.

10.1.23. fornecer endereços em sítio do fabricante bem como as credenciais de acesso necessárias para execução de downloads dos programas em suas versões mais recentes.

10.1.24. fornecer, juntamente com os produtos, a documentação técnica – completa e atualizada, com manuais do fabricante, guias de instalação e outros pertinentes, todos originais. Referida documentação poderá ser disponibilizada em sítio da Microsoft, com acesso liberado ao CONTRATANTE.

10.1.25. dar conhecimento ao CONTRATANTE quanto às informações referentes a novas versões e releases dos softwares adquiridos que sejam lançados no mercado.

10.1.26. a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE um Web Portal que ofereça as seguintes opções:

10.1.26.1. relatórios de inventário dos softwares adquiridos e histórico de aquisições;

10.1.26.2. gerenciamento do contrato de licenciamento, com acesso online aos dados dos contratos e documentos digitais (contratos, licenças, Notas Fiscais, etc);

10.1.26.3. controle de chaves de ativação dos produtos, vouchers, alertas de vencimento;

10.1.26.4. gerenciamento das permissões e direitos de acesso dos usuários;

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

13.4. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.4.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

13.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

13.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

13.10. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.11. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego

de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.13. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 14.13.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.13.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.13.4. fraudar na execução do contrato;
- 14.13.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.13.6. cometer fraude fiscal;
- 14.13.7. não manter a proposta.

14.14. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 14.14.8. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.14.9. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 14.14.10. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.14.11. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.14.12. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.14.13. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.14.14. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.15. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.15.15. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.15.16. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.15.17. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Empreitada:	(X)	Preço Global	()	Preço Unitário
Adjudicação do Objeto:	(X)	Global	()	Por Item

15.19. Proposta de Preço

15.19.18. Os fornecedores deverão apresentar proposta contendo:

15.19.18.1. Preço, contemplando os valores unitário e total, em moeda nacional, em algarismo por extenso, já considerando todas as despesas com tributos, fretes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os materiais, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;

15.19.19. Deverá ser apresentado o valor do software e da garantia, e o somatório destes deverá ser igual ao valor registrado na licitação;

15.19.20. A Agência Nacional do Cinema poderá, a seu critério, exigir a apresentação de amostra antes ou após a fase de oferta de lances, podendo rejeitar a proposta cujas especificações verificadas na amostra não atenderem aos requisitos solicitados;

15.19.21. Será considerada vencedora a proposta de menor valor, desde que atendidas às exigências contidas neste Termo de Referência e no edital do Pregão.

15.20. Requisitos de Capacidade e Experiência para assinatura do contrato:

15.20.22. Os seguintes requisitos devem-se à exigência da fabricante Microsoft para que revendedores possam comercializar licenças com órgãos governamentais, sem estes a fabricante não autoriza sua revenda:

15.20.22.2. A Licitante deverá comprovar credenciamento pelo Fabricante na categoria Large Account Reseller – LAR/Licensing Solution Partner - LSP, ou seja, que comprove poder operacionalizar/vender acordos de volume Microsoft.

15.20.22.3. Licitante deverá comprovar credenciamento pelo Fabricante na categoria Government Integrator Agreement – GIA, ou seja, que comprove poder operacionalizar/vender acordos de volume exclusivo para o segmento de Governo.

15.21. Requisitos de Manutenção

15.21.23. As novas soluções deverão ser implantadas e testadas, com o suporte da CONTRATADA, em ambiente controlado por pelo menos 15 (quinze) dias antes de serem implementadas em todo o ambiente corporativo da CONTRATANTE;

15.21.24. As soluções porventura migradas para novas versões deverão contar com a participação ativa da CONTRATADA por, no mínimo, 15 (quinze) dias até que a solução encontre-se estável e sem erros.

15.21.25. Durante todo o tempo do contrato deverá ser prestado suporte técnico às soluções com um prazo de resposta de, no máximo 2 (dois) dias, e prazo de solução de, no máximo, 30 (trinta) dias.

15.21.26. As licenças de softwares adquiridas devem se beneficiar do programa Microsoft Software Assurance.

15.21.27. As atualizações de versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual (12 meses).

15.21.28. A empresa contratada deverá fornecer novas versões corretivas ou evolutivas dos softwares, mesmo em caso de mudança de designação do nome do software, devendo compreender a correção de falhas e implementação de melhorias no produto, independentemente de correções tornadas públicas.

15.22. Requisitos Temporais

15.22.29. Em até 15 dias após a entrega das licenças de softwares adquiridas, fornecer à ANCINE acesso aos sites do fabricante, atualização de novas versões, download dos produtos, chave de licenciamento e suporte junto ao fabricante.

15.22.30. Em até 15 dias, contados a partir da data de lançamento da nova versão ou release das licenças adquiridas, prover a atualização ou disponibilização para download de qualquer software licenciado e adquirido pela ANCINE.

15.22.31. O objeto deverá ser entregue pela internet, via e-mail, ou fisicamente em mídia própria entre segunda e sexta-feira, durante o horário comercial (das 09h00 às 18h00), no edifício sede da ANCINE, localizado na Av. Graça Aranha, 35, Gerência de Tecnologia da Informação – SGI / GTI.

15.23. Requisitos Legais

15.23.32. Deverá ser observada a Portaria Interministerial MP/MC/MD Nº 141 DE 02/05/2014 e o Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013;

15.23.33. Requisitos de Segurança

15.23.34. Pela natureza da atividade da ANCINE, os serviços deverão propiciar segurança dos dados. As soluções contratadas não deverão fornecer acesso externo não autorizado aos dados da CONTRATANTE;

15.24. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

15.24.35. Em caso de entrega de produtos físicos, estes sejam preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

15.25. Requisitos de Garantia

15.25.36. A empresa contratada deverá fornecer a garantia de doze (12) meses, a contar da data do ateste da nota fiscal, e durante esse período fornecer todas as atualizações técnicas do software adquirido, revisões dos manuais técnicos e/ou da documentação bem como prestar suporte junto ao fabricante

16. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

16.26. Apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica, pública ou privada, comprovando a experiência em venda nos softwares Microsoft;

16.27. A licitante deverá fornecer declaração própria informando que apresentará, no ato da assinatura do contrato, comprovação de credenciamento pelo Fabricante (Microsoft) na categoria Large Account Reseller – LAR/Licensing Solution Partner - LSP, ou seja, que comprove poder operacionalizar/vender acordos de volume Microsoft;

16.28. A licitante deverá fornecer declaração própria informando que apresentará, no ato da assinatura do contrato, comprovação de credenciamento pelo Fabricante (Microsoft) na categoria Government Integrator Agreement – GIA, ou seja, que comprove poder operacionalizar/vender acordos de volume exclusivo para o segmento de Governo.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.29. A entrega das licenças se dará em até 15 dias após a assinatura do contrato;

17.30. Em até 15 dias após a entrega das licenças de softwares adquiridas, fornecer à ANCINE acesso aos sítios do fabricante, atualização de novas versões, download dos produtos, chave de licenciamento, curso de e-Learning, suporte junto ao fabricante;

17.31. Em até 15 dias, contados a partir da data de lançamento da nova versão ou release das licenças adquiridas, prover a atualização ou disponibilização para download de qualquer software licenciado e adquirido pela ANCINE;

17.32. Caso se veja impossibilitada de cumprir o estipulado no Item 17.3, a EMPRESA A SER CONTRATADA deverá apresentar justificativas escritas e devidamente comprovadas, apoiando o pedido de prorrogação em ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato;

17.33. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento contratual, no Termo de Referência e na Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA;

17.34. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento contratual, no Termo de Referência e na Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação direcionada à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

17.35. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Circunstanciado;

17.36. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

17.37. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. DO PAGAMENTO

18.38. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 (trinta) dias após o Termo de Recebimento Definitivo; e a segunda 6 (seis) meses após a assinatura do contrato.

18.39. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

18.40. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

18.41. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.42. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.43. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

18.44. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.45. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

18.46. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.47. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

18.48. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas

saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.49. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.50. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.51. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.52. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.53. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.54. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.55. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

18.56. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.56.37. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.57. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

19. FISCALIZAÇÃO

19.58. A fiscalização do objeto do presente Termo de Referência será exercida por um representante da ANCINE, designado para esta finalidade específica, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Administração conforme art. 67 da lei nº. 8.666, de 1993.

20. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

20.59. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição de Equipe de Planej. da Contratação (SEI nº 0571621).



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Levy Argel, Coordenador(a)**, em 08/01/2018, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Ferreira Pinto Bezerra Da Silva, Técnico Administrativo**, em 09/01/2018, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Albuquerque Ritter Dos Santos, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 09/01/2018, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Hanna Malta De Castro, Analista Administrativo**, em 09/01/2018, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adauto Modesto, Secretário de Gestão Interna, Substituto(a)**, em 09/01/2018, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0700533** e o código CRC **24A930AF**.